



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 18 de Setembro de 2019

Autonomia universitária está ameaçada, afirmam reitores

Programa Future-se, iniciativa do Ministério da Educação que permite a captação de recursos por meio de contratos com organizações sociais, foi alvo de críticas na Comissão de Educação e Cultura

REITORES DE UNIVERSIDADES federais criticaram ontem vários pontos do Programa Future-se, do Ministério da Educação. O programa permite às universidades públicas a captação de recursos privados por meio de contratos com organizações sociais, sem a necessidade de chamada pública. Entre as principais críticas feitas em audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE), estão a falta de clareza nas regras e a ameaça à autonomia das universidades.

— Há uma grande relativização, se não a agressão frontal, que o Future-se representa à autonomia universitária, embora se apresente como algo que iria melhorar nossa autonomia — disse o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rui Oppermann.

Para o presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies), Fernando Peregrino, na prática, as organizações sociais podem funcionar como cerceadoras da liberdade das universidades.

A reitora da Universidade de Brasília (UnB), Márcia Abrahão, apontou falta de clareza com

relação a vários pontos da minuta do projeto enviada pelo Ministério da Educação às universidades. Entre esses pontos, ela citou a dispensa de chamamento público para a adesão aos contratos de gestão, a falta de informações sobre o comitê gestor do programa e a previsão de que metas e indicadores de governança serão estabelecidos depois, por “ato do ministro da Educação”.

A reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Regina Almeida, afirmou que as universidades públicas não são a fonte da crise na economia do país, mas sim onde se pesquisa a solução. Ela expôs preocupações do conselho universitário quanto aos cortes de recursos.

Para a reitora da Universi-

dade Federal de São Carlos (UFSCar), Wanda Hoffmann, o projeto pode trazer vantagens, mas há riscos relevantes, como a ameaça à autonomia universitária. A reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Soraya Smaili, defendeu a aprovação da PEC 24/2019, em análise na Câmara. O texto propõe excluir dos limites das despesas primárias de cada instituição as que são financiadas por receita própria, de convênios ou doações. A reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Carvalho, também defendeu a aprovação da proposta.

— A PEC 24 é fundamental para o funcionamento das universidades e para que haja um incentivo à captação de recursos — disse.



Foto: Freix/Agência Senado

Audiência sobre o Future-se foi requerida por Veneziano Vital do Rêgo

STF destina R\$ 1 bi do valor recuperado pela Lava-Jato para o Fundo Amazônia



O ministro Alexandre de Moraes: dinheiro recuperado para ambiente e educação — Foto: Carlos Moura/SCO/STF

Mais R\$ 1,6 bilhão serão aplicados em Educação

Por Mariana Muniz — De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou acordo fechado para destinar R\$ 1 bilhão para a Amazônia e outro R\$ 1,6 bilhão para educação dos recursos provenientes de acordo da Petrobras com autoridades norte-americanas que seriam destinados à chamada “Fundação da Lava-Jato”. O documento foi assinado nesta terça-feira.

O acordo havia sido anunciado no último dia 5 pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e pela

Advocacia-Geral da União (AGU), após cinco meses de negociação. No despacho, o ministro detalha a destinação exata dos recursos do fundo da Petrobras criado em decorrência do acordo firmado com o Departamento de Justiça (DoJ) dos Estados Unidos - que seriam destinados para a polêmica fundação.

Pelo acordo, os valores depositados serão alocados em ações voltadas à educação e proteção ao ambiente. Vão para a área de educação R\$ 1.601.941.554,97, uma parte seguirá para ações voltadas à educação infantil do Ministério da Educação, e outra para o Ministério da Cidadania, para ações relacionadas ao Programa Criança Feliz.

O restante, R\$ 1.060.000.000, irá à prevenção, fiscalização e ao combate do desmatamento, incêndios florestais e ilícitos ambientais na Amazônia Legal.

No despacho que autoriza a imediata transferência dos recursos financeiros para a conta única do Tesouro Nacional, o ministro determina que é preciso seguir critérios que serão fixados pelos ministérios implicados para distribuição dos recursos financeiros destinados aos Estados da Amazônia Legal. Segundo o ministro, a vinculação desses valores a fonte específica de custeio “afasta qualquer possibilidade de configuração do risco de retorno desses valores à Petrobras”.

Moraes diz ainda, na decisão, que o acordo realizado pela Procuradoria-Geral da República e pela Câmara dos Deputados com a União “respeita integralmente os preceitos fundamentais” questionados no Supremo e, conseqüentemente, “afasta as nulidades existentes no anterior e ilícito ‘Acordo de Assunção de Compromissos’, para a destinação do valor depositado pela Petrobras”.

Com a homologação do acordo, tanto a ação proposta pela PGR ainda em março quanto a reclamação apresentada pela Câmara dos Deputados (que pedia a destinação da verba para a Amazônia) ficam extintas.

Revalida será semestral e pago pelos médicos

Custeado pelo governo federal, exame não ocorre desde 2017, por causa das restrições orçamentárias

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

O senador Confúcio Moura (MDB-RO), relator da medida provisória (MP) que cria o programa Médicos pelo Brasil, propôs ontem que instituições de ensino privadas, “com avaliações positivas”, possam aplicar o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida). O teste será semestral e pago pelo próprio médico.

Hoje o Revalida é custeado pelo governo federal, mas, por causa das restrições orçamentárias, não ocorre desde 2017. Segundo o Ministério da Educação (MEC), cada profissional que presta o exame nas universidades públicas federais custa entre R\$ 6 mil e R\$ 10 mil. O teste ocorre em duas etapas: por escrito, no MEC, e de habilidades clínicas, na universidade. No parecer, Moura sugere que aqueles aprovados na primeira etapa, mas rejeitados na segunda, não tenham que fazer o exame escrito novamente.

A MP recebeu 70 emendas sobre

o Revalida e há um projeto em regime de urgência na pauta da Câmara para tornar o exame pelo menos anual. Segundo o deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), o MEC prometeu decreto para que só faculdades de Medicina com nota cinco no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) possam aplicar o teste porque havia preocupação sobre a qualidade da prova. A oposição, porém, quer que seja cobrada apenas uma taxa e não todos os custos de quem for fazer a revalidação do diploma. A votação será na terça-feira.

Outra mudança feita pelo relator na MP é que os médicos cubanos que atuavam no Mais Médicos até 18 de novembro de 2018, quando houve o rompimento do acordo entre o Brasil e Cuba com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, possam ser incorporados por até dois anos no Médicos pelo Brasil, programa criado pela MP para estruturar uma carreira de médicos que atuarão em regiões mais carentes. Nesse tempo, terão quatro oportunidades de prestarem o Revalida e ficarem no Brasil. Os pagamentos desses médicos serão feitos diretamente a eles pelo governo brasileiro, sem intermediação do governo cubano, e eles serão contratados pelo Ministério da Saúde como intercambistas.

Dar voz a aluno fez colégio de Manaus melhorar Ideb

Gestores de duas unidades públicas de ensino no Brasil colhem frutos após adoção de práticas democráticas na gestão

Ações para promover a inclusão eficiente estão no radar de redes de todo o Brasil. Entre aspectos diversos, uma lição parece comum: faz bem incluir os alunos no ambiente de tomada de decisões. A Escola Municipal Professor Waldir Garcia, em Manaus, no Amazonas, e o Colégio Estadual Infante Dom Henrique, em São Paulo, estão colhendo frutos após incorporar características presentes em instituições democráticas mais antigas, como a Summerhill, no Reino Unido, e a Escola da Ponte, em Portugal.

Os gestores das duas unidades participaram do debate “A inclusão como princípio”, ontem, no Educação 360 Encontro Internacional. Com um número grande de imigrantes entre seus alunos, ambas as escolas praticam diversidade promovendo a integração com a comunidade e as famílias dos estudantes.

— Tornamos as crianças protagonistas, e os funcionários, os pais, a escola se abriram para a escuta. Uma vez por semana toda a escola se reúne. Todas as tomadas de decisão são no coletivo. É uma

escola que diz “não” à reprovação e “sim” à colaboração. Não temos mais competição, temos colaboração — conta a diretora da escola amazonense, Lucia Cortez.

A unidade, que tinha uma disciplina rígida, “quase militar”, nas palavras da diretora, abriu mão das provas e aboliu a reprovação. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da unidade saltou de 5,8, em 2013, para 7,4, em 2015.

Com histórico de indisciplina e violência, a realidade da Infante Dom Henrique começou a mudar quando o diretor Claudio Neto decidiu incluir os estudantes na linha de frente. Hoje, o principal programa de acolhimento aos imigrantes que chegam à unidade é coordenado pelos alunos. Ao mesmo tempo, o gestor fez parcerias com um instituto federal localizado próximo à escola para oferecer aulas preparatórias para ingresso em cursos técnicos.

— O grande problema na educação é a concentração do poder na figura do gestor, a gente sabe que o poder é centralizado e verticalizado. Quem tem menos poder na escola geralmente é o aluno, e isso tem que ser invertido. Quanto menos o diretor e os coordenadores aparecem, mais democrática é a escola — avalia Neto.

Estado poderá rever plano de cargos da Uerj

Medida seria para o Rio evitar saída do Regime de Recuperação Fiscal. Secretário de Fazenda diz que alternativa é conseguir nova fonte de receita para arcar com as despesas criadas por lei sancionada no ano passado

LUIZ ERNESTO
MAGALHÃES E MARCELLO
C O R R Ê A
granderio@oglobo.com.br

O secretário estadual de Fazenda, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, disse ontem que o estado poderá rever a Lei 8.267/2018, sancionada pelo ex-governador em exercício Francisco Dornelles em 27 de dezembro (a uma semana de deixar o cargo), que criou novas regras para o plano de cargos dos professores da Uerj. A medida — que exigiria a aprovação de uma outra lei pela Assembleia Legislativa (Alerj) — seria adotada para evitar o risco de exclusão do Rio do Regime de Recuperação Fiscal. Uma outra opção é o governo arrumar uma nova fonte de receita para arcar com as despesas criadas com a lei.

Na semana passada, o Conselho de Supervisão, que faz o monitoramento da execução do plano, deu prazo até o dia 3 de outubro para que o estado indique como compensará as novas despesas com a Uerj. Se não o fizer,

o órgão emitirá um parecer recomendando a saída do Rio do ajuste. Carvalho disse não acreditar na quebra do acordo com a União. Na opinião dele, o Ministério da Fazenda aceitará os pedidos de revisão encaminhados pelo governo em junho.

O relatório, relativo ao mês de julho, mostra ainda que algumas receitas importantes para o estado ficaram abaixo da meta prevista no acordo com a União. A arrecadação acumulada de ICMS (janeiro de 2017 a julho de 2019), por exemplo, foi R\$ 1,2 bilhão inferior ao que se esperava. Por outro lado, receitas com royalties de petróleo subiram R\$ 13,3 bilhões, mas estão sujeitas a variações, como alertou o próprio relatório.

O secretário de Fazenda argumenta que o plano foi assinado em um cenário com projeções de um ritmo mais acelerado do crescimento da economia brasileira — e, como consequência, também do Rio —, o que acabou não se concretizando.

— Algumas receitas, como a de ICMS, dependem não apenas de medidas do estado, mas também do cenário econômico. Concordo que o Rio é extremamente dependente de royalties, mas temos adotado medidas efetivas. Ao combater a sonegação, equilibramos o mercado, melhorando o ambiente econômico. Também revisamos a política de concessão de isenções fiscais — disse.

O estado não divulgou o impacto

exato da nova política salarial da Uerj. No projeto encaminhado à Alerj em 2018, Dornelles argumentou que se tratava de uma medida que não aumentaria a folha de pagamento de imediato. O que geraria despesas — uma série de benefícios para os professores em regime de dedicação exclusiva — só seria implantado após o fim do regime de recuperação. Mas o Conselho de Supervisão questiona a medida.

UMA DÍVIDA DE R\$ 60 BI

Se for excluído do plano, o Rio terá que retomar já no mês seguinte o pagamento de mais de R\$ 60 bilhões em dívidas com a União, cuja cobrança está suspensa desde o último trimestre de 2017, quando o estado aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal. Desse total, R\$ 30 bilhões se referem ao montante acumulado desde o início do acordo, a ser quitado em até 36 vezes.

— O estado não teria receitas para essas despesas — diz o coordenador de Gestão e Políticas Públicas do Insuper, Andre Luiz Marques.

Especialista em contas públicas, o economista Raul Velloso afirma que a ameaça de excluir o Rio por conta da Uerj é injusta:

— Estamos falando de 0,1% das despesas totais previstas no plano. Foi uma medida aprovada no fim do governo anterior, sem qualquer participação do governo atual. O problema dos estados é algo bem





maior que esse tipo de miudeza.

Mas o relatório do conselho cita 20 pontos com aumento de despesas não previstas. Um deles diz respeito a uma licitação da Assembleia Legislativa para fazer publicidade. O valor previsto é de R\$ 14,2 milhões. O órgão também destacou contratos de propaganda que estariam sendo feitos pela Procuradoria-Geral do Estado e pelo Detran. A maioria dos questionamentos, no entanto, são sobre a concessão de benefícios a servidores.

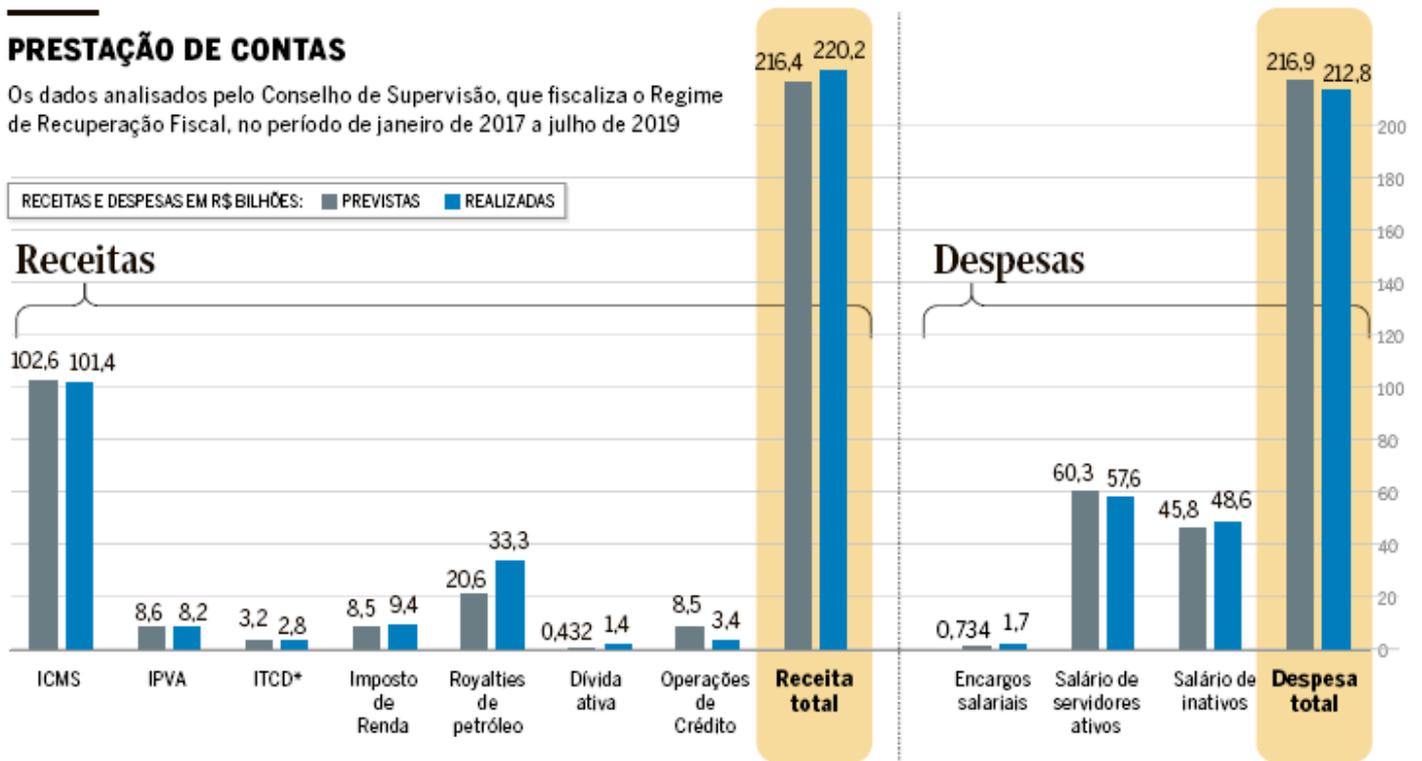
Entre integrantes da equipe econômica do governo federal, a situação do Rio é vista como “delicada”. Uma das preocupações é evitar que uma decisão

desfavorável ao estado provoque atrito entre o governo federal e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ). A assinatura do RRF é considerada uma vitória pessoal de Maia. O parlamentar ajudou a articular o plano de socorro e ainda homologou o acordo, quando estava temporariamente no exercício da Presidência da República.

Ontem, o Tribunal de Contas do Estado apresentou um parecer prévio contrário à aprovação das contas do estado de 2018, último ano da gestão de Luiz Fernando Pezão, que está preso. O relatório, que aponta 14 irregularidades, será julgado pela Alerj.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os dados analisados pelo Conselho de Supervisão, que fiscaliza o Regime de Recuperação Fiscal, no período de janeiro de 2017 a julho de 2019



*Imposto de Transmissão de Bens e Doações

Bolsas de pós-graduação para quê?

VAHANAGOPYAN

Corte de recursos terá impacto direto na sociedade

Nas últimas semanas, um assunto recorrente tem sido as dificuldades enfrentadas pelas agências federais em manter o número de bolsas de estudo e honrar os auxílios já concedidos decorrentes do contingenciamento financeiro.

Nesse quadro, destacam-se as bolsas de pós-graduação. Elas beneficiam jovens talentosos dos cursos de mestrado e doutorado do país, que estão se preparando para as carreiras de pesquisador e de docente. Essas instituições oferecem outros tipos de bolsas, como as de iniciação científica, para os alunos de graduação, e as de pós-doutoramento, destinada aos novos doutores que se envolvem em projetos de pesquisa, sem vínculo empregatício.

Os dirigentes das principais agências—como a Capes, vinculada ao Ministério da Educação, e o CNPq, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações— estão se desdobrando para reduzir o impacto

negativo da restrição orçamentária no ambiente científico nacional, mas os orçamentos dessas instituições precisam ser recompostos com medidas emergenciais neste ano e na proposta orçamentária de 2020.

Os jovens que estão envolvidos ou pretendem seguir na pós-graduação stricto sensu terão suas aspirações frustradas. Muitos deles poderão abandonar o sonho de desenvolver uma pesquisa e ingressar na vida profissional. Outros, mais persistentes, devem continuar como alunos de pós-graduação em tempo parcial, prolongando suas atividades na universidade por longos anos.

Esse quadro é sombrio. A produção científica mundial é fortemente apoiada nas pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação. Mesmo nas instituições científicas não universitárias, a pesquisa depende dos pós-graduandos e dos pós-doutorandos.

Portanto, a redução do número de bolsas está diretamente relacionada à diminuição do volume de pesquisas e do ritmo de formação de recursos humanos qualificados— e, em última instância, do

desenvolvimento econômico, tecnológico, social e cultural do nosso país.

As universidades são inábeis na divulgação de suas atividades e, por isso, muitos perguntarão se de fato a redução da pesquisa trará prejuízos para o Brasil. Você que lê este artigo, por exemplo, provavelmente já se beneficiou de algum estudo conduzido na USP, mas este é um tema que não pode ser discutido em um espaço reduzido como este.

O corte dos recursos não surtirá efeitos negativos apenas no aspecto acadêmico das instituições, mas terá impactos diretos na sociedade e na qualidade da vida das pessoas.

O número de bolsas disponíveis não é grande. A USP, que é o maior centro de pós-graduação do país, com 30 mil alunos e 7.000 mestres e doutores formados por ano, recebe 12 mil bolsas em todas as áreas do conhecimento, das quais 75% são oriundas das agências federais.

Mesmo que parte considerável dos alunos não necessite de bolsa, pois tem empregos que estimulam esse tipo de atividade, a universidade teria capacidade para receber mais





5.000 ou 6.000 bolsas, já que os programas de pós-graduação da USP são muito concorridos e os ingressantes passam por seleção rigorosa, com grande potencial de sucesso. Se tivéssemos mais bolsas de pós-graduação, o volume de pesquisa da USP seria ainda maior.

As universidades estaduais paulistas, que respondem por quase 40% da produção científica brasileira, são afetadas pela crise das agências de fomento federais. Um eventual colapso nesse sistema terá reflexos nas instituições e em toda a pesquisa nacional.

Talvez seja uma falha da academia ter suposto que era óbvia para a sociedade a compreensão de que o investimento em ensino e pesquisa é garantia de um futuro melhor para a nação. Devemos assumir a mesma abordagem dos países que são considerados por muitos como modelos, caso de Coreia do Sul e Israel, que nunca deixaram de investir em ensino e pesquisa, mesmo nos momentos mais desfavoráveis, como em meio à guerra e à fome.

Vahan Agopyan
Reitor da USP e professor titular
da Escola Politécnica

A deus dará A elaboração do Future-se, bandeira de Abraham Weintraub (MEC), não passou pelo crivo do Ministério da Economia. Em resposta a requerimento do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), ao menos 14 integrantes da pasta comandada por Paulo Guedes informaram que não se envolveram nas discussões sobre o programa, que prevê a criação de um fundo para abastecer as universidades.

A deus dará 2 Para o parlamentar, isso indica que o governo não calculou ou analisou como deveria o impacto financeiro da proposta.

Proposta para fundo da educação prevê gasto maior da União

Paulo Saldaña
BRASÍLIA

O relatório final sobre a renovação do Fundeb prevê um salto de quatro vezes no papel da União no financiamento da educação básica, o que contraria o desejo do governo Jair Bolsonaro (PSL).

A complementação federal ao fundo passa, de acordo com o texto, dos atuais 10% para 40%, de forma escalonada.

O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento à educação básica, responsável por mais de 40% do que é gasto na etapa. O mecanismo vence em 2020. O Congresso analisa sua renovação e caminha para torná-lo permanente ao incluí-lo na Constituição.

A deputada Professora Dorinha (DEM-TO), relatora do texto na Câmara, vai apresentar a minuta nesta quarta-feira (18) na comissão especial que analisa o tema.

A proposta precisa ser votada nesta comissão, passar pelo plenário da Casa e, em seguida, seguir para o Senado —há, portanto, espaço para alterações.

O texto prevê que a complementação suba para 15% em 2021 e depois progrida 2,5 pontos percentuais a cada ano até alcançar 40%. Esse percentual converge com duas propostas que tramitam no Senado e reflete um esforço de aproximar as redações para garantir uma aprovação mais célere.

O Ministério da Educação e a área econômica do governo defendem uma complementação de até 15%, a ser alcançada de forma escalonada, sob o argumento de que esse percentual seria mais realista para as contas públicas.

O Fundeb reúne impostos de estados e municípios, e a complementação da União integra a distribuição entre estados (e respectivos municípios) que não

atingiram um valor mínimo a ser gasto por aluno. Apesar de melhorar o cenário geral, ele não foi capaz de eliminar desigualdades.

O valor investido por aluno, considerando todas as fontes, varia quase sete vezes no país, entre os municípios com mais e menos recursos. Dos 5.570 municípios, 62% (3.199) têm disponíveis menos de R\$ 400 por mês por aluno.

Em 2019, a complementação da União ficou em R\$ 14,3 bilhões. Caso este texto seja aprovado, esses recursos teriam um aporte, ao chegar a 40%, da ordem de R\$ 43,2 bilhões (ao levar em conta os dados de 2019, e desconsiderando o crescimento).

“O Legislativo precisa avançar, se a educação básica é prioridade do país. E não cabe ao parlamento definir de onde o governo vai retirar o recursos, embora haja indicações”, diz o presidente da comissão especial na Câmara, deputado Bacelar





(Pode-BA).

O texto de apresentação do relatório cita os royalties da exploração do petróleo como uma das possíveis origens.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) estimou, em audiência na Câmara, arrecadação anual em torno de R\$ 60 bilhões nos próximos cinco anos, entre royalties e participações especiais. Mas a origem dos recursos deve ficar para uma lei complementar.

Há novidades sobre o formato de distribuição do recurso da União: as regras atuais continuam com relação aos 10% de complementação e os valores incrementados passariam a ser divididos a partir do gasto total em educação (incluindo o Fundeb e outras fontes) de cada rede. O texto consolida, portanto, um modelo híbrido.

Havia até agora uma disposição maior na Câmara para que as regras migrassem completamente para o segundo modelo (prevendo um período de transição).

Ao considerar os valores totais investidos de cada município, a regra faria com que cidades mais pobres

recebessem mais recursos, mesmo que localizados em estados que, no formato atual, não estão aptos para a complementação.

Considerada mais justa por seus defensores, a regra tiraria dinheiro de quem tem mais, o que, por outro lado, desagrada governadores e prefeitos de grandes cidades.

Os críticos a essa opção indicam que a perda de recursos poderia desestruturar a política educacional desses locais e que, salvo exceções, os patamares de investimentos são em geral insuficientes.

Para João Marcelo Borges, do Movimento Todos Pela Educação, é positiva a busca por um texto harmônico que permita maior consenso entre as duas Casas. Mas ele vê dificuldade de o Congresso passar os 40% por causa da crise fiscal e também discorda da constitucionalização do esquema híbrido.

“Seria possível preservar as redes de perdas sem perenizar um modelo que tem tantas ineficiências. Poderia manter um modelo híbrido por dez anos e substituí-lo aos poucos, sem perda, à medida que outros fatores, como a redução das matrículas, melhoria da economia e a expansão

da complementação, zerassem as perdas”.

Essa transição era prevista até semana passada, mas foi alterada pela relatora por negociações com o Senado.

A minuta mantém proposta do governo de incluir na Constituição um dispositivo de fomento a resultados educacionais. Prevê-se que estados distribuam a municípios parte dos recursos de impostos com base “em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos”.

Os detalhes serão definidos depois, mas a inspiração vem do estado do Ceará. Municípios cearenses com bons resultados no indicador educacional recebem mais recursos do ICMS, o que tem sido apontado por especialistas como uma medida de sucesso.

Daniel Cara, da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, apoia o modelo híbrido e a previsão dos 40% de complementação, mas diverge da inclusão da política de rateio do ICMS.

Para ele, indicadores como o Ideb





(Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) são limitados para expressar o que é educação de qualidade e equidade.

“Consideramos como equidade as condições de oferta escolar, remuneração dos profissionais, acesso a populações mais vulneráveis”, diz.

“A gente não é contrário a levar em conta o aprendizado, mas o Ideb só considera como qualidade a nota de uma prova e o fluxo escolar, ignora uma formação integral”.

Atualmente, as redes devem usar 60% dos recursos do Fundeb para o pagamento de professores na ativa.

O texto atual passa esse índice para 70% —veta, no entanto, que o pagamento de aposentadorias possa ser incluído no cálculo de gastos mínimo constitucional de Educação.

Questionado, o Ministério da Educação informou em nota que mantém a defesa do percentual de 15%.

Fundeb

Principal mecanismo de distribuição de recursos para a educação básica pode passar por mudanças

Composição

O fundo é composto pela arrecadação de alguns impostos estaduais e municipais e uma complementação da União

Distribuição

É feita com base no número de alunos por etapa e a complementação é direcionada para estados que não atingem o valor mínimo por aluno estipulado a cada ano

Prazo

O Fundeb vence em 2020 e um novo modelo está em discussão no Congresso Nacional com o objetivo de torná-lo permanente ao incluí-lo na Constituição

Relatório prevê que a complementação da União, hoje em 10%, suba para 40% em dez anos*

Receitas de contribuições do Fundeb

R\$ 143,4 bi

Complementação da União

Atualmente
10% (R\$ 14,4 bi)

R\$ 143,4 bi

Proposta do MEC
15% (R\$ 21,6 bi)

R\$ 143,4 bi

Relatório da Câmara
40% (R\$ 57,6 bi)

Outros pontos do relatório

Distribuição

Os valores incluídos na complementação terão divisão a partir do valor total disponível para a educação em cada rede, o que inclui mais recursos a municípios mais pobres

Estímulo a resultados

Texto prevê distribuição de parte dos recursos de impostos, como o ICMS, a municípios com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem





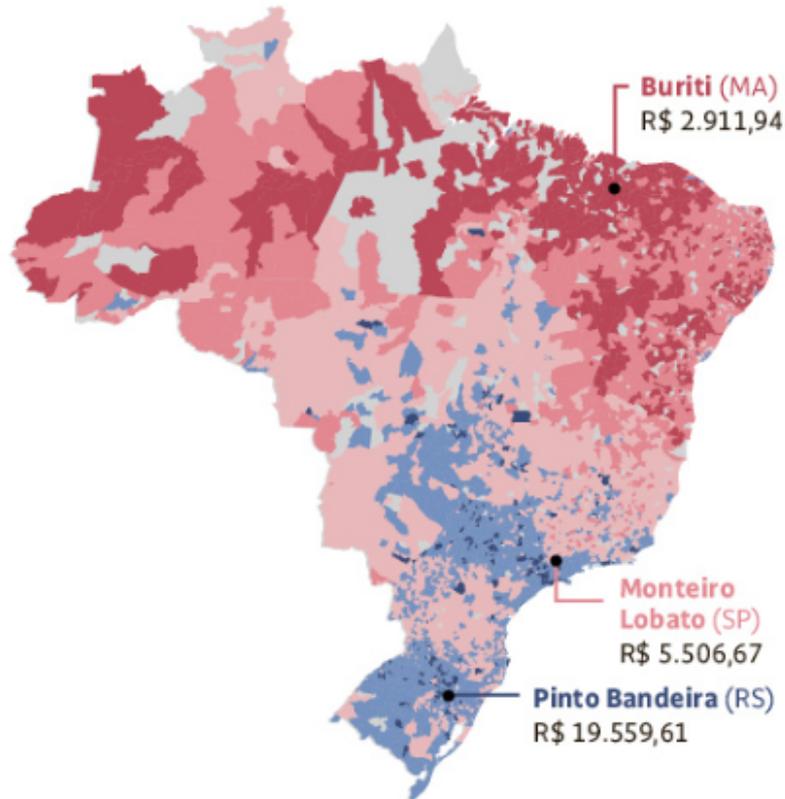
Mesmo com distribuição do Fundeb, **gasto anual por aluno** é muito desigual no Brasil**

■ Sem informações

Em R\$

2.900,00

19.600,00



Raio-x da rede pública (em 2017)

	Alunos Em milhões	Escolas Em milhares	Professores Em milhares
Educação infantil	6,1	117,1	412,1
Ensino fundamental	22,7	141,2	1.359
Ensino médio	7	20,3	431,6





Raio-x da rede pública (em 2017)

	Alunos Em milhões	Escolas Em milhares	Professores Em milhares
Educação infantil	6,1	117,1	412,1
Ensino fundamental	22,7	141,2	1.359
Ensino médio	7	20,3	431,6

* Projeção nominal a partir de dados de 2019 sem considerar variação de crescimento

** Dados de 2015, considera 5.162 municípios

Fontes: Minuta PEC 15/2015, FNDE/MEC, Inep/MEC e Estudo Técnico nº 24/2017 da Conof/CD. Elaboração: Todos Pela Educação/ Censo 2017

Moraes autoriza usar multa da Lava Jato na educação e Amazônia

William Castanho

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), homologou nesta terça-feira (17) o acordo para destinar à Amazônia e a investimentos em educação recursos oriundos do fundo da Lava Jato. O volume de dinheiro é proveniente de multas acertadas pela Petrobras nos Estados Unidos.

Do total, será R\$ 1,6 bilhão para educação. A Amazônia Legal vai receber R\$ 1 bilhão. Os procuradores da Lava Jato em Curitiba queriam criar uma fundação privada para gerir os R\$ 2,6 bilhões.

A medida foi questionada por Dodge no STF (Supremo Tribunal Federal). A ação ficou sob relatoria de Moraes. O ministro escreveu na decisão que o órgão não tinha competência para fechar acordo sobre o destino do dinheiro.

A 13ª Vara de Curitiba havia homologado acordo para a gestão privada desses recursos. Além da PGR, a Mesa da Câmara também questionou o acordo de Curitiba.

Do montante para o Ministério da Educação, R\$ 1 bilhão vai para a educação infantil.

Ainda haverá R\$ 250 milhões para o Ministério da Saúde e R\$ 250 milhões para o Ministério de Ciência e Tecnologia. O Ministério de Direitos Humanos fica com R\$ 100 milhões.

O dinheiro será usado também para ajudar no combate às queimadas na Amazônia. A União vai ficar R\$ 630 milhões. Outros R\$ 430 milhões serão descentralizados para os estados da região.

Em meio a cortes, Orçamento destina R\$ 4,7 bi de vantagens para militares

Gustavo Patu

SÃO PAULO Em contraste com o aperto geral em serviços públicos, custeio e investimentos, o projeto de Orçamento federal de 2020 destina R\$ 4,7 bilhões à criação de vantagens para a carreira militar.

O montante —suficiente para recompor, com sobras, as verbas para obras em estradas e bolsas da Capes, entre outras combinações possíveis— decorre de benefícios instituídos pela reforma previdenciária das Forças Armadas.

Como contrapartida às exigências de maiores contribuição e tempo de serviço para as pensões, o governo Jair Bolsonaro (PSL) incluiu no texto, que tramita na Câmara dos Deputados, a alta imediata da remuneração da caserna.

Para tanto, propõem-se, por exemplo, o aumento do adici-

onal de habilitação —recebido por militares que passam por cursos de qualificação— e a criação do chamado adicional de disponibilidade.

A justificativa, para defensores do projeto, é a dedicação exclusiva e a prontidão permanente dos profissionais. Duplica-se, além disso, a ajuda de custo para os que vão para a reserva, de 4 para 8 vezes o valor do soldo.

Segundo o cálculo oficial, as novas regras para a inatividade proporcionarão economia de R\$ 97 bilhões ao longo de uma década. Já a melhora das carreiras custará quase R\$ 87 bilhões no mesmo período.

Em 2020, porém, não se nota um saldo positivo: calcula-se um déficit de R\$ 43,5 bilhões na Previdência dos militares, apenas R\$ 2,5 bilhões abaixo do projetado para este ano.

Entre os ministérios, o da

Defesa é o que mais gasta com pessoal ativo e inativo —em 2019, estão autorizados desembolsos de R\$ 81,1 bilhões.

Os valores de 2020 ainda não estão claros, porque grande parte deles depende de autorização especial do Congresso —em razão do atual descumprimento da regra constitucional que impede fazer dívida para pagar compromissos cotidianos da administração.

Entretanto o gasto adicional com as carreiras das Forças Armadas consta de um anexo sobre encargos com contratações e reajustes salariais.

Trata-se de um caso raro, no primeiro projeto orçamentário de Bolsonaro, de elevação de uma despesa por iniciativa do Executivo federal.

Grandes rubricas, como a Previdência e os programas assistenciais, recebem mais verbas por imposições legais.





Os benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), no exemplo mais importante, saltam de R\$ 631 bilhões para R\$ 683 bilhões, mesmo sem alta do salário mínimo acima da inflação.

Como há um teto para o gasto total inscrito em 2016 na Constituição, o governo é forçado a comprimir as atividades e programas não obrigatórios —efeito que tende a se tornar mais visível a cada ano.

As vítimas mais costumeiras são as obras públicas e outros investimentos, em queda desde o início do segundo mandato da petista Dilma Rousseff.

Em 2020, eles contarão com R\$ 19,5 bilhões, equivalentes a 0,26% do Produto Interno Bruto. Para manter o nível observado até 2014, próximo a 1% do PIB, seriam necessários R\$ 75 bilhões.

A queda do investimento

afeta, em especial, o Dnit, responsável pelas rodovias federais. Os comandos de Exército, Marinha e Aeronáutica também contabilizam redução expressiva de recursos.

A arrocho chega também ao custeio, categoria que engloba atividades tão diferentes quanto a manutenção da máquina administrativa —iluminação, limpeza, segurança— e bolsas de estudo.

Um dos cortes mais ruidosos se dá na Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), cujas verbas de execução não obrigatória caem de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 2,1 bilhões no próximo ano.

Como no caso do contingenciamento imposto às universidades, a repercussão é amplificada pelas tensões entre o bolsonarismo e os setores de educação e ciência.



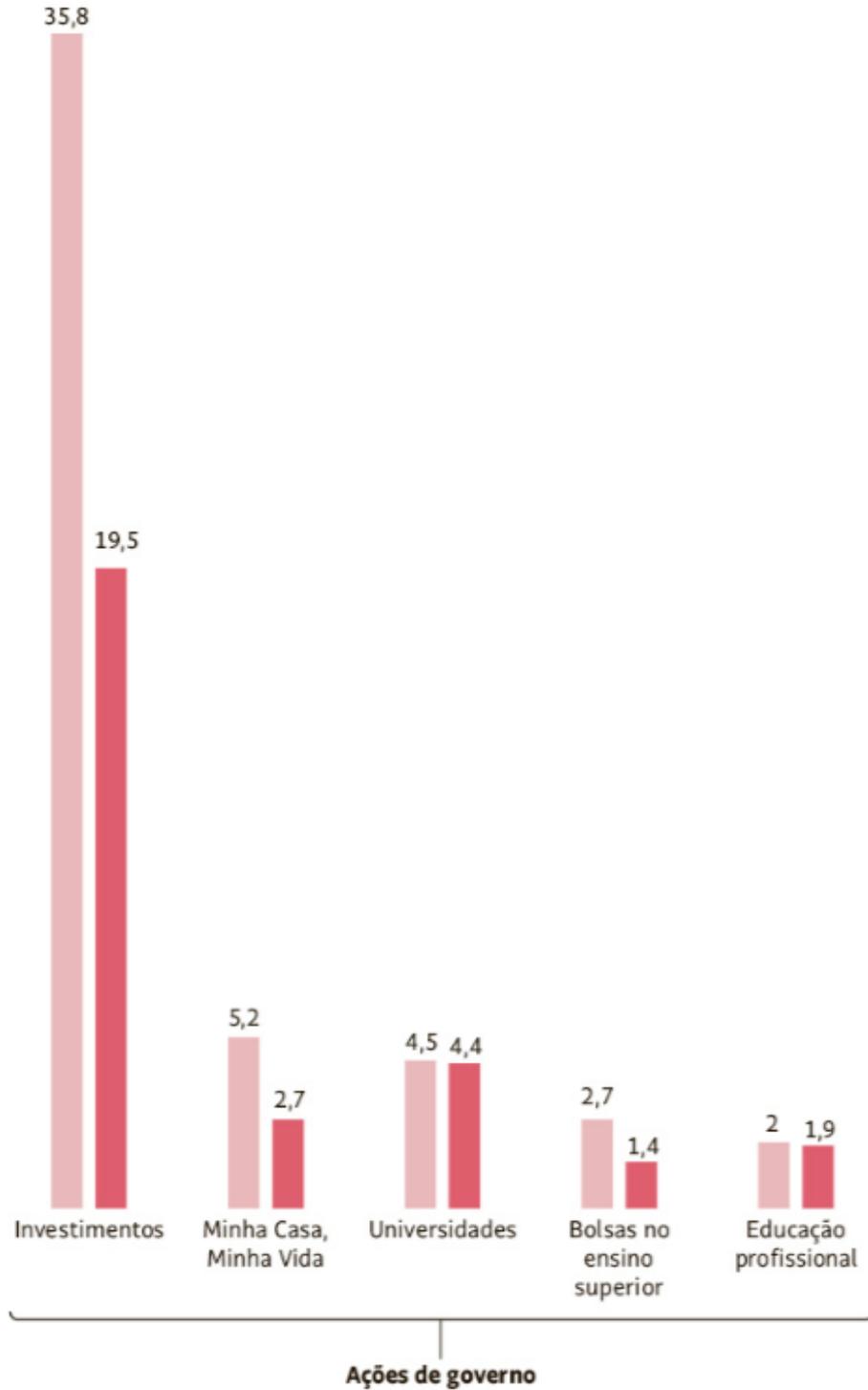


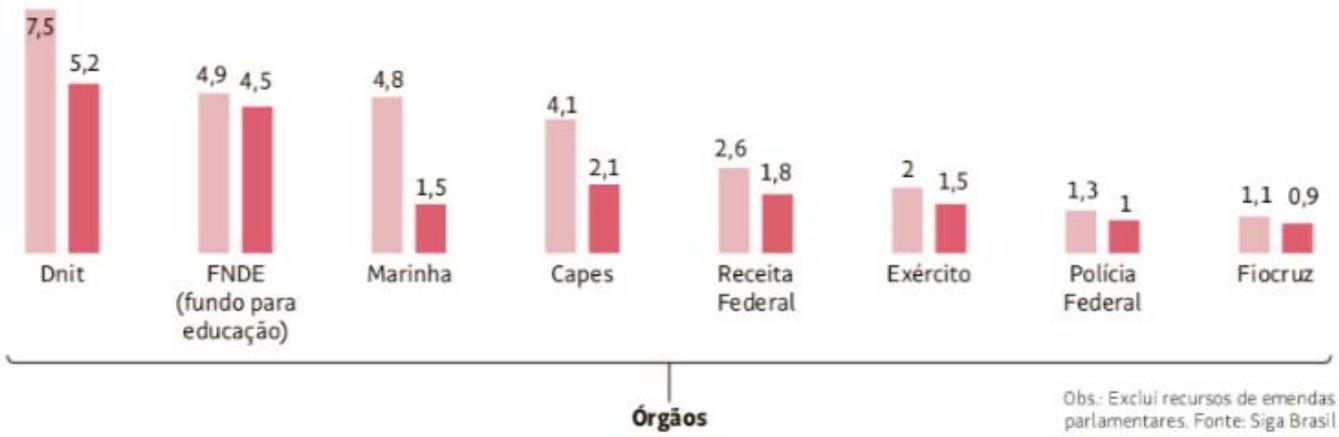
Quem perde no Orçamento de 2020

Principais despesas não obrigatórias

2019 2020

Em R\$ bi





TransferWise lança serviço de pagamento a universidade estrangeira

TEC

Paula Soprana

SÃO PAULO A TransferWise, fintech multinacional que opera no Brasil desde 2016, vai permitir transferências para instituições de ensino do exterior a partir de outubro. O repasse de recursos a outros países era limitado a pessoas físicas.

Um dos cinco principais mercados da empresa, o Brasil movimentou R\$ 20 bilhões em envios e recebimentos em três anos, segundo a companhia.

A fintech londrina aguarda liberação do Banco Central para operar como corretora de câmbio, o que permitiria oferecer transferência entre pessoas jurídicas.

Antes, o usuário podia enviar valores a uma conta em seu nome ou de um terceiro. Com a mudança, poderá optar pelo repasse para fins educacionais.

O sistema bloqueará tentativas de fraude, como casos em que a conta de destino não estiver vinculada a uma instituição. Na prática, o lançamento permitirá o pagamento de mensalidades de universidades ou de cursos internacionais.

A empresa compete com bancos tradicionais ao reduzir o custo da operação internacional, que oscila entre R\$ 100 e R\$ 400 nas grandes instituições financeiras, além de um spread cobrado na taxa de câmbio.

Na TransferWise, o custo médio é de 1,5% do valor enviado, e a taxa de câmbio usada é a comercial, sem o spread. Em outros países, a taxa chega a 0,6%, conforme dados da empresa.

A fintech trabalha com 49 moedas e diz processar mais de US\$ 5 bilhões em pagamentos por mês.

De acordo com Matt Briers, diretor financeiro, o lançamento de produtos como o cartão de débito da Mastercard em uma conta multimoeda impulsionou o caixa, que registrou terceiro ano consecutivo de lucro.

Em balanço nesta quarta (17), a fintech — a mais valiosa do mundo segundo o Financial Times — divulgou lucro líquido de £10,3 milhões (R\$ 52,7 milhões) no ano fiscal encerrado em março. A receita foi de £179 milhões (R\$ 916 milhões), alta de 53% na comparação com o ano anterior.

Reitores pedem flexibilização de leis para captar recursos

JUNIA OLIVEIRA

Reitores de várias universidades federais pediram ontem no Senado a intervenção em várias leis para permitir flexibilidade na arrecadação de recursos e facilitar a parceria com empresas na transferência de ciência e tecnologia. As propostas foram feitas durante audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para tratar do Future-se, a aposta do Ministério da Educação (MEC) que propõe novas formas de financiamento das instituições de ensino superior, em especial o incentivo à participação de recursos privados como parte das receitas disponíveis às instituições. Debateram ainda suas consequências, como eventuais paralisações e contingenciamento de recursos.

Reitores de nove universidades e o Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pes-

quisa Científica e Tecnológica (Confies) apresentaram a visão das instituições sobre a minuta do programa e relataram o que já foi debatido nas instituições. "Não somos contra a transferência de ciência e tecnologia. Pelo contrário, queremos fazer mais, mas há várias restrições, principalmente em relação à autonomia universitária. Para fazer mais e melhor e promover parceria com empresas, precisamos de mais flexibilidade", contou a reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Regina Goulart Almeida, uma das convidadas da audiência.

Lançada mês passado, a minuta do Future-se, que ainda não foi apresentado ao Congresso, tem três eixos: gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização. De acordo com o MEC, o programa será financiado por um fundo de direito privado, que permitirá o aumento da autonomia fi-

nanceira das instituições federais de ensino. A administração do fundo é de responsabilidade de uma instituição financeira e funcionará sob regime de cotas. A operacionalização ocorrerá por meio de contratos de gestão, firmados pela União e pela instituição de ensino com organizações sociais – entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos. A adesão é voluntária.

Uma das intervenções pedidas aos senadores é sobre o limite de captação das universidades e aceleração da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 24/2019, que prevê a retirada de recursos próprios das universidades de dentro do teto dos gastos públicos. Outra é relativa aos fundos patrimoniais. Lei do ano passado aprovou a proposta de fundos, mas houve veto no ponto de renúncia fiscal. "O que adianta pe-





A reitora da UFMG, Sandra Goulart, considera que é preciso vencer as restrições quanto à autonomia universitária

dirmos doações e fazemos fundo se empresas que contribuem não tiverem renúncia fiscal? Nada”, questionou a reitora. Outro ponto tratado com a comissão foi a importância da autonomia universitária.

MEMORIAL Sandra Goulart disse que a UFMG está respeitando o sigilo decretado pelas autoridades em relação ao caso do Memorial da Anistia. Na semana passada, a Polícia Federal remeteu à Justiça Federal o inquérito que

indiciou 11 servidores por suspeita de irregularidades e desvio de dinheiro destinado ao projeto de construção do projeto de implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil, no Bairro Santo Antônio, na Região Centro-Sul de Belo Horizonte, financiado pelo Ministério da Justiça e executado pela universidade.

“Temos muito respeito, sempre tivemos com relação à operação, mesmo que tenhamos ques-

tionamentos quanto à forma como foram feitos os procedimentos. Estamos respeitando o sigilo decretado pelas autoridades, por isso, não temos emitido comentários. Estou surpresa de ver notícias que não condizem com a realidade. Ficamos estarecidos com o que está sendo divulgado. Serei contra qualquer conduta abusiva e que atente contra minha honra, a da universidade e minha história de vida”, disse.

Procurador rebate UFRJ

Em nota enviada à imprensa, na tarde de ontem, o procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público de Contas da União, rebateu declarações da Universidade Federal do Rio de Janeiro que tentam justificar o uso irregular de verba repassada pelo Ministério da Saúde. Ao longo de três anos, a instituição utilizou recursos do Fundo Nacional de Saúde, ou seja, dinheiro repassado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para custear salários de funcionários extraquadro, que devem ser mantidos com verba do Ministério da Educação.

O Correio revelou que o TCU deu prazo para que a UFRJ apresente um plano para compensar os cofres públicos do dinheiro usado de maneira inadequada. No entanto, em resposta à reportagem, a universidade alega que a decisão do tribunal avaliou que a “UFRJ apenas se absteve de utilizar os recursos que recebe do SUS para pagamento dos extraquadros”.

A instituição de ensino diz ainda que os ministros do TCU determinaram “que o MEC aumente o orçamento da Universidade para evitar uso dos recursos que recebe do SUS para pagar extraquadros”. Na nota enviada ao Correio, a UFRJ diz que “após ampla análise no tribunal, com uma série de argumentos, a conclusão no TCU foi no sentido de que não houve quaisquer desvios”.

Rafael Pizzino/UFRJ - 15/5/18



Universidade usou recursos do SUS de forma irregular, reitera MP

No entanto, para o procurador Júlio Marcelo de Oliveira, autor da representação contra o uso inadequado da verba por parte da reitoria da UFRJ, a decisão do TCU “não apenas determinou que a UFRJ se abstivesse de utilizar os recursos vinculados ao SUS para pagamento dos extraquadros”, mas também decidiu que “a própria UFRJ e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) “se manifestem sobre as medidas efetivamente adotadas e apresentem plano de ação destinado à compensação dos valores” usados de forma irregular.

O procurador destaca que o relatório do ministro-relator, o parecer do Ministério Público de Contas e o acórdão do TCU “não só determinam a devolução dos recursos do SUS aplicados irregularmente com desvio de finalidade como prevê a responsabilização nas esferas competentes”.

Um mundo de possibilidades

Alunas de escolas públicas do DF participam de festival que incentiva a presença de mulheres na ciência. Hoje haverá um debate na UnB sobre o tema

ALAN RIOS

Brasília recebe nesta semana o Festival Tekla, com debates sobre a presença feminina na ciência, engenharia e matemática. A programação começou ontem, no Planetário, e termina hoje. O evento, organizado pela Embaixada da Suécia em parceria com o Governo do Distrito Federal, reúne jovens brasileiras de destaque na área.

Uma delas é a gaúcha Juliana Estradioto, 19 anos, a primeira jovem brasileira da história a ser selecionada para acompanhar uma cerimônia do Prêmio Nobel. “Conversei com as meninas de Brasília e me emocionei, porque estamos rompendo com o estereótipo de que cientistas são aqueles homens de cabelo branco no fundo dos laboratórios. As garotas estão percebendo que esse universo é muito mais encantador e que elas podem fazer parte disso sendo elas mesmas”, disse.

Juliana é fundadora do projeto Meninas Cientistas, que incentiva as jovens a entrarem no mundo das pesquisas exatas, e foi uma das atrações da primeira etapa do

evento, o Workshop Tekla. Nele, 30 alunas da rede pública de ensino do DF, de 13 a 15 anos de idade, tiveram aulas para construir um robô.

A jovem serviu de inspiração para as meninas por tudo que conquistou na área da inovação. Mesmo com pouca idade, o currículo impressiona. Com mais de 10 prêmios científicos nacionais e internacionais, ela foi a primeira brasileira a alcançar o primeiro lugar em uma das categorias da maior feira de ciências pré-universitária do mundo, a Intel International Science and Engineering Fair, após disputa com 1,8 mil alunos de 80 países.

“Desenvolvi um projeto para apresentar lá sobre como a casca de noz poderia substituir plástico e curativos. Recebi como prêmio ter um asteroide com meu nome. Foi muito legal para mim, mas importante também para mostrarmos que nosso país faz ciência de qualidade e que as jovens brasileiras têm muito potencial.”

Com esse exemplo, ficou até mais fácil para as alunas da capital conduzirem o projeto proposto pelo workshop. É o que acredita Maria Luíza Pessoa, 14, estudante do nono ano do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 15, do Gama. “Tivemos um bate-papo com mulheres como a Juliana, que têm experiências em áreas de engenharia e ciência, e isso deixou todo mundo

muito animado. Então, fizemos um robô usando canudos, com ajuda delas”, contou.

Ao fim do primeiro dia, as garotas juntaram seus robôs em um espaço do Planetário e colocaram os equipamentos para funcionar, programando movimentos de dança. Maria Clara Oliveira, 14, até passou a pensar melhor na graduação que pretende fazer. “Raramente as pessoas conhecem as possibilidades das áreas da programação. Agora que aprendi, vi que dou conta e fiquei tentada a fazer um curso mais científico, porque é uma sensação muito boa ver o trabalho funcionando”, justificou a aluna do CEF 15.

Debate na UnB

Hoje ocorre ainda o Diálogo Tekla, sobre maneiras de capacitar meninas e mulheres para ampliar as oportunidades na indústria de tecnologia. O debate será no auditório do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília (UnB), no câmpus Darcy Ribeiro, das 14h às 18h.

O evento é gratuito, e as inscrições são feitas pelo site <http://bit.ly/DialogoTekla>. Entre as presenças confirmadas está a da sueca Heidi Harman, fundadora da mais antiga rede de tecnologia feminina na Suécia, o GeekGirl Meetup.





Para ela, investir na participação das mulheres na ciência é uma ação que gera frutos em diversos campos. “Esse tipo de evento é importante porque a gente consegue demonstrar que todo mundo pode ter uma carreira na área da inovação e da tecnologia. Quanto mais diversidade temos, mais forte fica a economia de um país, que só tem a ganhar com isso”, ressaltou.

Projeto de extensão

A luta pela igualdade continua nas escolas públicas da capital, pois um projeto de extensão da UnB leva aulas de robótica, programação, desenvolvimento de aplicativos e outras ferramentas exclusivamente para alunas.

O Meninas.comp tem oito escolas parceiras no Distrito Federal, com diferentes professores. Um deles é Marcos Caldeira, do Centro Educacional Vargem Bonita, que resalta: “Trabalhamos com meninas do ensino fundamental para que elas considerem as áreas das exatas como profissão. Quando começamos a incentivar nessa idade, elas percebem que têm muitos caminhos para seguir e não devem se limitar a nada”.